

AVISO AO LEITOR LACANIANO: O DITO E O DIZER EM LACAN

WARNING TO THE LACANIAN READER: THE SAID AND THE SAYING IN LACAN

Suely Aires

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

suely.aires7@gmail.com

RESUMO: Neste artigo nos propomos apresentar o texto lacaniano *Aviso ao Leitor Japonês* ([1972a] 2003) sob um modo de leitura particular, que visa relançar o dizer do autor sobre o seu dito, indicando os pontos de ultrapassagem de sentido e de inclusão do leitor. Como consequência, buscaremos demonstrar que é o leitor lacaniano — ou, melhor dito, o leitor construído por Lacan — que surge ao final do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Lacan; Interpretação; Leitor.

ABSTRACT: In this article we propose to introduce the reader to a particular way of reading the Lacanian text “Warning to the japanese reader”, which allows to relaunch the saying over what is said, indicating the overtaking points of the meaning and the inclusion of the reader. As a consequence, we will seek to demonstrate that it is the

Lacanian reader — or, rather, the reader constructed by Lacan — that emerges at the end of the text.

KEY-WORDS: Lacan; Interpretation; Reader.

Neste artigo nos propomos apresentar o texto lacaniano *Aviso ao Leitor Japonês* ([1972a] 2003) sob um modo de leitura particular, que visa relançar o dizer do autor sobre o seu dito, indicando os pontos de ultrapassagem de sentido e de inclusão do leitor. Como consequência, buscaremos demonstrar que é o leitor lacaniano — ou, melhor dito, o leitor construído por Lacan — que surge ao final do texto.

Dois judeus encontraram-se num vagão de trem em uma estação na Galícia. ‘Onde vai?’ perguntou um. ‘À Cracóvia’, foi a resposta. ‘Como você é mentiroso!’, não se conteve o outro. ‘Se você dissesse que ia à Cracóvia, você queria fazer-me acreditar que estava indo a Lemberg. Mas sei que, de fato, você vai à Cracóvia. Portanto, por que você está mentindo para mim?’ Freud ([1905] 1977, p.136).

Freud explicita:

Essa excelente estória, que impressiona pelo extremo refinamento, opera evidentemente pela técnica do absurdo. (...) pois, de acordo com a asserção não contraditada do primeiro judeu, o segundo está mentindo quando fala a verdade e fala a verdade por meio da mentira. (...) Estaremos certos em descrever as coisas tal qual são sem nos importarmos em considerar a forma pela qual nosso ouvinte entenderá o que dissermos? Freud, [1905] 1977, p.136 — grifos meus.

Este chiste, narrado por Freud em *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente* ([1905] 1977) e bastante conhecido no campo da psicanálise, foi a associação que se impôs quando,

rindo sozinha, terminei de ler o texto *Aviso ao Leitor Japonês* ([1972a] 2003) de autoria de Jacques Lacan e que se constitui como prefácio à tradução japonesa dos *Écrits* (1966). Dentre outras razões, o meu riso foi provocado pelo jogo de trapaças e enganos encenados por Lacan ao longo do texto.

Poderia apresentar o prefácio de maneira simples, acompanhando apenas o argumento explícito, de acordo com cinco passos, quais sejam: (1) Lacan diz de sua perplexidade pelo fato de o traduzirem para o japonês; (2) diz que do Japão, ele, Lacan, não espera nada; (3) afirma que os japoneses “traduzem, traduzem e traduzem tudo o que aparece de legível” (Lacan, [1972a] 2003, p.498), pois não se interrogam sobre seu discurso: o retraduzem; (4) considera que ninguém que habite a língua japonesa precisa ser psicanalisado e (5) convida o leitor a fechar o livro tão logo tenha lido o prefácio. É simplesmente cômico: um prefácio que diz ao leitor para não ler o texto que se segue.

No entanto, se nos recordarmos do *Seminário 9: l'identification* (1961-1962) — em que Lacan também retoma o chiste dos judeus na estação de trem —, atentaremos para os passos ou pegadas falsas. Se um animal pode produzir pistas falsas para encobrir seus rastros ou pode apagar as próprias pegadas; ao homem, em situação semelhante, é dado inscrever traços, apagá-los e reavivá-los para, em três tempos, enganar o outro em um jogo intersubjetivo, no qual se diz a verdade ao mentir e se mente ao dizer a verdade. É porque os sujeitos supõem o engano como intenção do semelhante que se pode inscrever os traços justamente onde eles devem estar. Basta para isso que haja suposição de intersubjetividade, pois se trata de um jogo entre suposições dos modos de leitura do acontecimento

por parte de cada sujeito, também suposto — como bem destacado por Lacan.

Considerar os três tempos — inscrever, apagar, reinscrever — implica ainda um movimento retroativo, um retorno do terceiro tempo sobre o primeiro, de tal modo que o traço se inscreve tanto melhor, quanto mais apagado tenha sido. Apagamento esse propiciado pelo significante, o qual, na condição de vazio, de ausência, atesta uma presença passada. O *pas*, passo, é também *pas*, negação¹ — como Lacan aponta em seu jogo de palavras. Ou seja, é necessário que eu suponha (1) que o outro sabe que pode enganar, (2) que as marcas de apagamento visem indicar que se trata de outro caminho, (3) mesmo quando não é, para que o desdobramento temporal se dê a ver. Mais uma vez, cabe destacar a dimensão intersubjetiva, que institui um jogo imaginário, dual, mas que inclui, sem dúvida, um terceiro termo e a referência à linguagem. Faz-se, portanto, relevante apontar para as dimensões imaginária e simbólica do jogo intersubjetivo, as quais são colocadas em uma relação temporal, de modo a diferenciar linguagem e fala. Tanto no chiste dos judeus na estação de trem, quanto no jogo do par ou ímpar do conto de Poe, *A Carta Roubada*², a relação entre imaginário e simbólico, presente na relação intersubjetiva, se coloca.

Detenhamo-nos no conto de Poe, *A Carta Roubada*. Auguste Dupin, detetive parisiense, personagem de outros contos de Poe, encontra-se em casa com um amigo, quando chega o delegado da polícia em busca de conselhos para solucionar o roubo de uma carta. Conta que a carta fora roubada pelo Ministro D. de dentro dos aposentos reais e descreve o aspecto da carta. O delegado já fizera todas as

revistas e buscas e não encontrara o objeto procurado. Após um mês, deprimido por não ter desvendado o crime, diz a Dupin que pagaria 50 mil francos a quem o ajudasse a solucionar o caso. Dupin, surpreendendo a todos, pede que ele preencha o cheque e lhe entrega a carta. Quando questionado, narra ao amigo a estratégia utilizada para alcançar seu fim. Um detalhe importante: o narrador do texto é o amigo do detetive Dupin a quem é dado a conhecer tanto a situação desencadeadora do conto quanto as ocorrências e decisões do detetive por meio do diálogo com o personagem principal³. É importante considerar que o leitor acompanha o texto na mesma temporalidade que o amigo anônimo de Dupin.

Em meio à sua narrativa, o detetive Dupin apresenta a história de um menino que sempre derrotava seus oponentes num jogo de par ou ímpar — é um pouco diferente do nosso, porque consistia em adivinhar o número de pedras que o adversário escondia na mão. A explicação para sua sequência de vitórias era simples: o menino dizia que bastava colocar-se no lugar de seu adversário, buscando raciocinar como ele, de modo a antecipar sua jogada de acordo com as expressões faciais e a astúcia de seu adversário. Este modo de jogar fundamenta-se na suposição de uma relação de identificação imaginária entre si mesmo e o outro. Vale a pena citar diretamente Poe em função de um pequeno detalhe.

O menino, a quem me referi, ganhava todas as bolas da escola. Tinha ele, sem dúvida, algum meio de adivinhação e este consistia na simples observação e comparação da astúcia de seus adversários. Por exemplo, um simplório chapado é seu adversário, e, mantendo a mão fechada, pergunta: ‘São pares ou ímpares?’ O nosso colegial

responde: ‘Ímpares’, e perde; mas, na segunda prova, acerta, porque então diz a si mesmo: ‘O simplório pusera número par da primeira vez e sua dose de astúcia é o suficiente para fazê-lo pôr bolas em número ímpar, da segunda vez; portanto, adivinharei ímpar;’ adivinha ímpar e ganha. Ora, com um simplório, um grau acima do primeiro, ele teria raciocinado assim: ‘Este rapaz vê que, no primeiro caso, eu adivinho ímpar, e no segundo, proporá a si mesmo, de acordo com o primeiro impulso, uma simples variação de par para ímpar, como fez o primeiro simplório; mas depois um segundo pensamento lhe sugerirá que isto é uma variação demasiado simples e, finalmente, decidirá pôr número par como antes (Poe, 1987, p.235 – grifos meus).

Há aqui a apresentação em dois tempos de uma relação de identificação imaginária. Ao retomar o conto de Poe, Lacan afirma que este modo de funcionamento — por identificação imaginária — cairia por terra tão logo supuséssemos um terceiro tempo por meio do qual, ao fazer-se de imbecil, é o jogador que objetiva o garoto prodígio, conduzindo-o ao impasse que a relação puramente dual comporta. Desse modo, não se trata de um padrão de funcionamento observado pelo jogador que sempre ganhava a partida de par ou ímpar, mas a possibilidade efetiva de um jogo intersubjetivo, em que um jogador lê o modo de jogo do outro e se propõe a enganar. A realção dual cai, portanto, por terra. Ainda no texto, em relação à mesma situação, Lacan aponta para um outro possível viés de leitura: não apenas o impasse da relação dual, mas a referência a uma ordem terceira, pois “o recurso de cada jogador, quando ele raciocina, só pode encontrar-se para—

além da relação dual, isto é, em alguma lei que presida a sucessão dos lances que me são propostos” (Lacan, [1955] 1998, p.63)].

Se em seu argumento Poe destaca a identificação imaginária ao adversário, por meio de sua fisionomia e expressão, Lacan, de modo distinto, enfatiza o raciocínio, apenas suposto se considerado na sucessão de jogadas anteriores. Eis que, na perspectiva lacaniana, no funcionamento eminentemente imaginário, o simbólico se dá à apreensão, por referir-se a uma combinatória de termos que obedece a um ordenamento lógico. Ora, não é possível dizer da “verdadeira intersubjetividade” — esta que nesse momento de sua teorização Lacan refere ao substrato simbólico dos jogos imaginários — sem incluir o tempo lógico de uma certeza antecipada, aquela construída pelo sujeito em relação a um outro sujeito objetivado e que coloca em xeque uma incógnita: os atributos do sujeito.

Voltemos ao chiste dos judeus na estação de trem: é por objetivar o segundo judeu na condição de mentiroso que o primeiro judeu lê mentira onde o sujeito diz a verdade e supõe verdade, onde há mentira. Essa é a técnica do absurdo à qual Freud se refere, mas que também pode ser pensada em outra perspectiva aventada pelo próprio Freud: “(...) a mais séria substância do chiste é o problema do que determina a verdade” (Freud, [1905] 1977, p.136). Parafraseando a proposição lógica de Lacan em seu texto *O Tempo Lógico e a Asserção de Certeza Antecipada* ([1945] 1966)⁴, poderíamos dizer que (1) um homem sabe o que é verdade; (2) os homens partilham entre si o que é verdade; (3) eu afirmo

dizer e saber o que é verdade, por medo de ser convencido pelos homens de não saber diferenciar o que é verdade do que não é e, portanto, ser um tolo mentiroso. É o terceiro tempo que dá ao primeiro sua validade coletiva, sustentada, no entanto, em uma particularidade elidida.

Em uma operação aparentemente simples poderíamos colocar em relação a apreensão simbólica da dimensão imaginária e a temporalidade antecipatória dos jogos intersubjetivos para, então, determinar a “verdadeira incógnita do problema” (Lacan, [1945] 1998, p.205)] colocado pelo jogo de par ou ímpar, pelo sofisma dos três prisioneiros (cf. Lacan, [1945] 1998) e pelo chiste dos judeus na estação ferroviária: a posição do sujeito. Considera-se que os efeitos de um movimento temporal de retorno incidem sobre o sujeito, de tal modo que o sujeito que se encontra no início da operação se encontra modificado ao final da mesma. Mas, para tanto, um outro elemento se faz necessário — a distinção entre fala e linguagem, entre enunciação e enunciado, entre dizer e dito. Ou, dito de outro modo, que um dizer posterior sustente o que foi esquecido no dito anterior e altere, ao refazê-la, a posição de enunciação inicial.

É por meio do relançamento do dizer de cada um destes ‘personagens’ sobre o seu dito que o efeito cômico, de surpresa ou de suspensão se dá a ver, ao indicar o sujeito. Mas, qual sujeito? Aquele que enuncia a frase, aquele que se supõe pela posição revelada no discurso, o da lógica coletiva e das imagens ideais?! Não. É a própria divisão do sujeito em ato que aí opera.

Tomemos, então, o texto de Lacan *Aviso ao Leitor Japonês* ([1972a] 2003). Uma apresentação do texto que

desconsiderasse o relançamento do dizer de Lacan sobre seu dito seria similar àquela apresentada inicialmente: Lacan supõe que não será compreendido no Japão; os japoneses são inanalísáveis e, portanto, esse prefácio não tem sentido — o melhor a fazer é fechar o livro. Não há efeito cômico aí; há talvez mal-estar ou simples dar de ombros. Leiamos, então, o texto *Aviso ao Leitor Japonês* em relação ao dizer de Lacan, sustentado durante 20 anos de seminários, e consideremos seu estilo.

Um parêntese: para além das diversas discussões sobre o estilo de Lacan, seu preciosismo, uso de metáforas, ritornelos, recurso a homofonias e palavras-valise, insisto que o texto lacaniano — e aqui me refiro tanto à produção oral de Lacan, quanto à escrita — produz sobre o sujeito um efeito particular: o conduz a colocar em questão a enunciação. Torna-se, de certo modo, impossível considerar o texto lacaniano fora de sua realização no discurso, o qual implica um sujeito, que não é idêntico a si mesmo ou unidade fixa desse mesmo discurso. Diante do texto lacaniano se é conduzido ao campo próprio da psicanálise: o equívoco, o furo, a falta, mesmo que seja a falta de definições precisas, os furos conceituais e o equívoco de construções linguageiras propositadamente irregulares. Para ‘entender’ Lacan se faz necessário incluir-se, pois — tomando sua própria teoria e práxis — sujeito e sentido não existem a não ser no trabalho discursivo. O que proponho, no presente artigo, é fazer o mesmo em relação ao prefácio à tradução japonesa dos *Écrits*: construir um sentido para o texto mediante a inclusão de um leitor.

Acompanhemos o texto *Aviso ao Leitor Japonês* passo a passo. Nesse percurso, produziremos escansões por meio de breves comentários que visam, de um lado, esclarecer o texto, de outro, sustentar nossa proposta de leitura. Lacan inicia:

Que me traduzam em japonês deixa-me perplexo. Porque essa é uma língua da qual me aproximei — na medida de meus recursos. Tive dela uma idéia elevada. Reconheci a perfeição que adquiriu por sustentar um laço social muito refinado em seu discurso (Lacan, [1972a] 2003, p.498).

Há respeito na aproximação de Lacan à língua japonesa. De certo modo, é um lugar confortável para o leitor (japonês, supostamente), atitude de reverência do autor ao entrar em contato com o desconhecido. E continua: “Esse laço é justamente o que meu amigo Kojève (...) designava por esnobismo” (Lacan, [1972a] 2003, p.498). Primeira surpresa: o laço refinado é apresentado como esnobe, adjetivo de caráter ambíguo.

Nele isso era obra de humor, e muito distante do humor que julgamos estar no dever de mostrar quanto a esse modo de ser, em nome do humano. Antes, alertava-nos ele (quer dizer, a nós os ocidentais) para o fato de que fora a partir do esnobismo que nos restara uma chance de ter acesso à coisa japonesa, sem sermos demasiado indignos dela (...) (Lacan, [1972a] 2003, p.498).

Aqui cabe destacar a distinção marcada entre a posição de quem fala e aquela de quem o está lendo, indicada pela separação entre *nós, ocidentais*, e a conseqüente elisão de *vocês/eles, japoneses*. Após a ironia do esnobismo, Lacan faz nova reverência ao modo japonês, seguida de novo deslocamento.

Que aqueles que se irritaram no Japão com esse espantoso livrinho sem pretensões [ele se refere ao *Império dos Signos* de Barthes] confiem em mim: só transmitirei informações àqueles que não podem confundir as coisas.

Dito isto, do Japão não espero nada (Lacan, [1972a] 2003, p.498 — grifos meus).

Outra surpresa, a qual é em seguida completada. “Em especial, não o ser nele entendido” (Lacan, [1972a] 2003, p.498). Frase ambígua que pode ser tomada em acepções opostas. Mais uma vez, Lacan faz um movimento de reverência: “(...) não é que os japoneses não espichem a orelha para tudo o que se pode lucubrar de discurso no mundo. Eles traduzem, traduzem e traduzem tudo o que aparece de legível” (Lacan, [1972a] 2003, p.498). E faz outro deslocamento: “e precisam mesmo fazê-lo. Caso contrário, não conseguiriam acreditar; assim eles se apercebem disso” (Lacan, [1972a] 2003, p.498). Acreditar em quê? Se aperceber do quê? Um furo se faz. E Lacan continua: “(...) no meu caso, a situação é diferente para eles. Justamente por ser igual à sua: se não posso confiar nisso, é na medida em que isso me concerne” (Lacan, [1972a] 2003, p.498-499). Por meio de uma torção,

se produz um primeiro questionamento da posição de onde se lê, ainda mais explicitada por ajustar em uma mesma frase um aparente contrassenso — “no meu caso, a situação é diferente para eles”. Diferença que é novamente retorcida ao continuar com “justamente por ser igual à sua”. Como se não fosse suficiente o furo produzido, o leitor, ainda tonto, ouve de Lacan: “O que não constitui entre os japoneses e eu, no entanto, um fator comum” (Lacan, [1972a] 2003, p.499).

De uma disjunção, Lacan parece conduzir a um ponto comum para, então, negá-lo — movimento de dupla torção. Aqui é interessante considerar o recurso à topologia, que, nas palavras de Lacan, não se apresenta como uma teoria, mas, antes, “(...) deve dar conta de que haja cortes do discurso tais que modifiquem a estrutura que ele acolhe originalmente” (Lacan, [1972b] 2003, p.479). É na estrutura do discurso que Lacan produz cortes, os quais podem vir a produzir novos sentidos e uma nova posição subjetiva. Um lugar fixo para o leitor já não é possível.

Retornemos ao passo-a-passo do texto de Lacan. Após uma breve digressão sobre os discursos do mestre, do universitário e da histérica, destacando a particularidade do discurso do psicanalista, Lacan volta à carga: “Não se ouve o discurso do qual se é pessoalmente o efeito” (Lacan, [1972a] 2003, p.499) — nova inclusão de sujeito, por meio de um questionamento sobre o não saber sobre si. Mas faz questão para o leitor? Lacan opta por explicitar: “(...) os japoneses não se interrogam sobre seu discurso; eles o retraduzem (...) E o fazem com proveito, entre outros, pelo lado do Nobel” (Lacan, [1972a] 2003, p.499). Nesse momento

de seu texto, ele produz um neologismo: *esnobelismo*, fazendo uma irônica referência ao prêmio Nobel de literatura recebido por Yasunari Kawabata⁵ em 1968. Mas a questão é: como traduzir isso, mesmo para aqueles que tudo traduzem? Como traduzir *esnobelismo*? Novo furo, dessa vez no Outro. Lacan continua com sua ironia.

Que pode importar-lhes, portanto, a história de minhas dificuldades com um discurso de psicanalistas (...)? O inconsciente (para saber o que é isso, leia-se o discurso que estes *Escritos* consignam como sendo o de Roma), o inconsciente, dizia eu, é estruturado como uma linguagem (Lacan, [1972a] 2003, p.499).

Nesse momento específico do texto, ele apresenta sua tese *princeps* de releitura da obra de Freud, mas, mais do que isso, coloca uma dúvida no leitor, quanto ao saber sobre o inconsciente, e aponta para uma distinção entre o lugar de onde ele, Lacan, fala e aquele de onde é escutado. No mesmo movimento, após plantar a dúvida, indica ao leitor um possível lugar de saber sobre o inconsciente — um texto específico da coletânea. É como se Lacan anunciasse em ato: ‘É possível saber sobre o inconsciente’. E continua:

É isso que permite à língua japonesa vedar as suas formações, e tão perfeitamente, que pude assistir à *descoberta*, por uma japonesa, do que vem a ser um chiste: uma japonesa adulta.

Donde se prova que o chiste é, no Japão, a própria dimensão do discurso mais comum, e é por isso que ninguém que habite essa língua precisa ser psicanalisado, a não ser para regularizar suas relações com as máquinas de moedas — ou com clientes mais simplesmente mecânicos (Lacan, [1972a] 2003, p.499).

Novo efeito de deslocamento, tanto melhor situado quanto mais surpreende o leitor: regularizar relações com máquinas de moedas?! De que ele fala? E por que não precisa ser psicanalisado?! Ou: E por que eu não preciso ser psicanalisado? E aqui o leitor pode se incluir ativamente.

Ainda aturdido pelos sucessivos deslocamentos, o leitor avança um pouco mais no texto e encontra Lacan dizendo de uma questão central: “a distância entre pensamento, isto é, o inconsciente, e a fala” (Lacan, [1972a] 2003, p.500). Essa é a definição de inconsciente?! O pensamento?! Mas será que é só isso?! Para saber mais, devo, então, como leitor, me reportar ao discurso de Roma, tal como indicou o autor. No entanto, segundo Lacan, para os japoneses, a distância entre pensamento e fala se coloca no cotidiano mais banal, a cada vez que o sujeito fala, justamente pela presença constante do chinês na língua japonesa. E aqui se faz necessário o conhecimento específico da língua: a distinção entre *on-yomi*, leitura chinesa para os *Kanji* (ideogramas), e *kun-yomi*, leitura japonesa dos ideogramas, podendo o primeiro se constituir como um comentário do segundo. Essa distinção é fundamental para pensar as relações entre letra e significante ou escrita e fala⁶, temas fundamentais para a teoria lacaniana e que implicam a noção de sujeito. Nesse momento de seu prefácio, Lacan indica certa proximidade com ‘a coisa japonesa’, ao mesmo tempo em que aponta para uma diferença: o chiste, no Japão, é a própria dimensão do discurso mais comum; ou seja, a distância entre o pensamento e a fala se coloca a todo momento, na equivocidade e multiplicidade de sentidos do significante.

Depois de tantos deslocamentos e surpresas, chegarei ao que julgo ser o golpe de mestre de Lacan em seu prefácio, por meio do qual ele recusa a leitura dos *Écrits* àqueles que aí não se incluïrem.

Se não temesse o mal-entendido, eu diria que, para quem fala japonês, é um desempenho costumeiro dizer a verdade *através* da mentira, isto é, *sem ser* mentiroso.

Pediram-me um prefácio para minha edição japonesa. Digo aquilo que penso quanto àquilo de que, no tocante ao Japão, não tenho a menor idéia: a saber, qual é o público.

De modo que sinto vontade de convidá-lo a fechar meu livro, tão logo lido este prefácio! (Lacan, [1972a] 2003, p.500).

Inicialmente ele produz equívoco — dizer a verdade através da mentira, sem ser mentiroso. Talvez haja um outro sentido, não nos encontramos mais na superfície dos jogos de palavras — que se mostram diferentes se somos ocidentais ou japoneses. Mas Lacan diz não saber qual é o público que lerá seu prefácio. “De modo que sinto vontade de convidá-lo a fechar meu livro, tão logo lido esse prefácio!” (Lacan, [1972a] 2003, p.500), produzindo *non sense*: um prefácio que convida o leitor a não ler o livro que prefacia.

Contudo, um novo movimento é feito logo em seguida: “Essa é uma ‘comunicação’ que não implica que mais de um compreenda o que nela se discute, ou sequer que exista um (...) Mas o sentido de um discurso nunca é proporcionado senão por outro” (Lacan, [1972a] 2003, p.500). Entre um

e outro, eis o sujeito incluído no próprio ato de leitura; mas é necessário que ele se inclua.

Agora imaginemos que no Japão, como em outros lugares, o discurso analítico torne-se necessário para que os outros subsistam, quer dizer, para que o inconsciente devolva seu sentido. Tal como é feita a língua, só se precisaria, em meu lugar, de uma caneta [*stylo*]. Quanto a mim, para ocupar esse lugar, preciso de um estilo [*style*]. O que não se traduz, fora da história de onde falo (Lacan, [1972a] 2003, p.500).

Desse modo, é por meio da condução de um dado modo de argumentação — ou, nas palavras do próprio Lacan, por meio de um estilo — que o final se articula: da intraduzibilidade de uma escrita, da necessária inclusão do sujeito no discurso, seu ou do outro, da temporalidade antecipatória nos jogos de sentido, da divisão em ato do sujeito que faz, mas não é, que pensa e fala de lugares distintos, o que pode advir? Talvez, quem sabe — e essa é a aposta de Lacan —, um leitor. Não qualquer leitor, mas um leitor dividido e curioso sobre seus *Escritos*.

Ao relançar o dizer de Lacan sobre seu dito, podemos construir um sentido para o prólogo à tradução japonesa dos *Escritos*: para aquele que o lê, uma verdade se instala a partir de um jogo de deslocamentos que implica intersubjetividade. Não por acaso o chiste dos judeus na estação ferroviária se apresenta associativamente como ponto de chegada de nossa leitura: por deslocamentos, se produz verdade e mentira, mas apenas ao custo de um jogo de posições intersubjetivas que antecede a concretude dos sujeitos

envolvidos. O sujeito é suposto já inserido em uma dada condição, ocupando uma posição de engano e de busca da verdade. A nosso ver, o texto lacaniano visa produzir uma posição subjetiva que coloca o leitor como aquele que busca um saber e uma verdade sobre a psicanálise. Nesse sentido, podemos considerar que Lacan produz uma resposta à questão freudiana: “Estaremos certos em descrever as coisas tal qual são sem nos importarmos em considerar a forma pela qual nosso ouvinte entenderá o que dissermos?” (Freud, [1905] 1977, p.136). Parece que não, pelo menos se tomarmos, em consonância com Freud e Lacan, uma perspectiva psicanalítica. Mais do que a forma de escuta de um ouvinte, suposto concretamente numa dada posição de escuta, é sua particularidade e divisão subjetiva que são visadas a cada endereçamento.

NOTAS

¹ Cf. a lição de 28 de março de 1962, Seminário IX, quando Lacan explora a pegada (*pas*) de Sexta-feira para Robinson Crusóe, como presença indicada em sua ausência.

² Tomo o jogo do par ou ímpar do conto de Poe em função de Lacan tê-lo nomeado como “verdadeira intersubjetividade” (Lacan, [1955] 1998, p.62) em oposição a relação imaginária dual, ao “apreender por quais vieses do imaginário vem a se exercer (...) essa apreensão do simbólico” (Lacan, [1955] 1998, p.13). Cf. Seminário sobre ‘A Carta Roubada’ (1955) *in* Escritos (1998).

³ Para maiores detalhes sobre a narrativa, cf. Johnson, B. La Carta Robada (1996).

⁴ Trata-se da proposição lógica: “(1º.) Um homem sabe o que não é um homem; (2º.) Os homens se reconhecem entre si como sendo homens; (3º.) Eu afirmo

ser homem, por medo de ser convencido pelos homens de não ser homem” (Cf. Lacan, [1945] 1998, p.213), base da lógica coletiva.

⁵ Yasunari Kawabata foi o primeiro escritor japonês a receber o prêmio Nobel. É interessante considerar que foi laureado pela sensibilidade ao expressar a “essência da mente japonesa” (cf. Nobelprize.org).

⁶ Remeto o leitor à entrevista concedida por Kunifumi Suzuki sobre a Letra e o Outro no Japão, publicada na Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, no. 18. Destacarei um trecho da entrevista: “Sempre quando falamos, pensamos em *Kanji*, senão não conseguimos compreender a significação da frase” (p. 109). O *Kanji* é um sistema de escrita que importou diretamente os caracteres chineses, diferenciado do *Hiragana*, alfabeto silábico, em que se pode escrever segundo se pronuncia.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente (1905) In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

JOHNSON, Barbara. La Carta Robada: Poe — Lacan — Derrida. Buenos Aires: Tres Haches, 2006.

LACAN, Jacques. O Tempo Lógico e a Asserção de Certeza Antecipada (1945) In: LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. Seminário sobre ‘A Carta Roubada’ (1955) In: LACAN, J. Écrits. Paris: Seuil, 1966.

LACAN, Jacques. Le Séminaire livre IX: l’Identification (1961-1962). Seminário inédito.

LACAN, Jacques. Aviso ao Leitor Japonês (1972a) In: LACAN, J. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. O Aturdido (1972b)) In: LACAN, J. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

www.nobelprize.org — Acesso em 12 de dezembro de 2010.

POE, Edgar Allan. A Carta Roubada In: POE, E. Histórias Extraordinárias. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SUZUKI, Kunifumi. A Letra e o Outro no Japão In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre: De Um ao Outro Século — a psicanálise, n. 18, 2000.